

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A CRIAÇÃO E A FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO
NORTE: UMA VISÃO HISTÓRICA.**



GEÓRGIA MARIA GONÇALO CARNEIRO

**NATAL/RN
2006**

GEÓRGIA MARIA GONÇALO CARNEIRO



**A CRIAÇÃO E A FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO
NORTE: UMA VISÃO HISTÓRICA.**

**Monografia apresentada à disciplina de
Pesquisa Histórica II, ministrada pelo
professor Luís Eduardo Brandão
Suassuna, como requisito final para
aprovação do curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do
Norte.**

**NATAL/RN
2006**

SUMÁRIO

Introdução.....	04
Capítulo I: A Criação da Universidade do Rio Grande do Norte.....	05
Estruturação da Universidade Estadual.....	10
A Universidade e a Política Local.....	11
Capítulo II: O Processo de Federalização.....	16
A Universidade após a federalização.....	19
Capítulo III: A Universidade e o Regime Militar.....	22
A Reforma Universitária na UFRN.....	28
Conclusão.....	34
Bibliografia.....	36
Anexos.....	38

A CRIAÇÃO E A FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA VISÃO HISTÓRICA.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo fazer um estudo histórico de como se deu o processo de criação e de federalização da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Abordaremos o contexto histórico em que surgiram as universidades no Brasil e a forma como se instalou o ensino superior no Rio Grande do Norte, destacando a influência das elites locais para a sua implementação.

Para tanto, será focado o período de 1958, quando foi criada a Universidade do Rio Grande do Norte, passando pelo processo de federalização, em 1960, até 1972, quando implementada, por completo, a Reforma Universitária na referida instituição.

Ao pretender investigar as relações entre Estado e Universidade no período em apreço, estamos tomando como objeto de estudo a política educacional adotada pelos vários governos que exerceram o comando do estado do Rio Grande do Norte, dando especial destaque à época da Ditadura Militar.

Esse trabalho faz um resgate das lutas, obstáculos, incentivos e estímulos que se colocaram na criação e evolução do ensino superior do Rio Grande do Norte e destaca a importância da instituição para os riograndenses do norte.

Ressalte-se que o tema ainda é pouco estudado, sendo esta a primeira monografia a tratar especificamente sobre o assunto, que é merecedor de toda a atenção dos historiadores, especialmente do Rio Grande do Norte.

CAPÍTULO I: A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE

Neste capítulo, faremos uma breve retrospectiva sobre a Universidade do Rio Grande do Norte, seu surgimento e os diferentes papéis que esta vem assumindo no decorrer da história. A discussão nos levará a uma melhor compreensão da situação da universidade no momento da federalização.

As universidades brasileiras são recentes, institucionalizadas apenas no século XX, sendo derivadas, na maioria das vezes, da junção de escolas superiores de formação profissional. Elas surgiram, principalmente, nos grandes centros urbanos, sendo a maior parte delas estaduais ou federais.

O ensino superior no Brasil só veio a adquirir cunho universitário nos anos 30, em contraste com alguns países da América espanhola, que tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, como o México e o Peru, ou no pós-independência, como o Chile. Por mais de um século, de 1808, quando foram criadas as primeiras escolas superiores, até 1934, o modelo de ensino superior foi o da formação para profissões liberais tradicionais, como Direito, Medicina e Engenharia.

A vinda da corte portuguesa, em 1808, marca o início da constituição do núcleo de ensino superior no Brasil, cujo padrão de desenvolvimento teve como características principais sua orientação profissional e o controle do Estado sobre o sistema. Não houve grandes mudanças até a Proclamação da República (1889). Então, o Brasil entra em um período de grandes mudanças sociais, sendo acompanhadas pela educação superior. A Constituição da República descentralizou o ensino superior, que era privativo do poder central, aos governos estaduais, e permitiu a criação de instituições privadas, o que teve como efeito imediato a ampliação e a diversificação do sistema. Entre 1889 e 1918, 56 novas escolas de ensino superior, na sua maioria privadas, foram criadas no país.

A partir dos anos 20, iniciou-se uma significativa transformação cultural no Brasil. Com a Primeira Guerra Mundial, o Brasil diversificou as suas relações comerciais e financeiras. A Inglaterra, que saíra enfraquecida do conflito mundial, cedeu espaço para os Estados Unidos no cenário comercial e financeiro internacional. O Brasil, que era um cliente tradicional dos bancos ingleses, passou a intensificar as relações financeiras com os norte-americanos. Juntamente com as mudanças na vida econômica do país, surgiram as transformações culturais. A vida e o comportamento do cidadão norte-americano, através de filmes, imprensa, literatura, etc, começaram a se tornar o novo modelo para boa parcela da intelectualidade brasileira. Essa influência também se estendeu ao campo educacional e pedagógico.

A reforma conhecida como “Francisco Campos”, o primeiro ministro da educação, com a criação do Ministério da Educação e Saúde pelo governo provisório de Getúlio Vargas, estabelecia que o ensino superior deveria ser ministrado na Universidade, a partir da criação de uma faculdade de Educação, Ciências e Letras. O sistema previa duas modalidades de ensino superior: o sistema universitário (oficial, mantido pelo governo federal ou estadual, ou livre mantido por particulares). Em síntese, a criação da universidade no Brasil foi um processo de sobreposição de modelos do que propriamente substituição. O antigo modelo de formação para profissões foi preservado. O modelo de universidade de pesquisa acabou sendo institucionalizado parcialmente, apenas nas regiões mais desenvolvidas.¹

A criação da Universidade do Rio Grande do Norte surgiu com o convite feito pelo diretor da Faculdade de Medicina, Jurandir Lodi, diretor do ensino superior, que presenciou a aula inaugural da Faculdade de Medicina de Natal, em 8 de março de 1958.

Onofre Lopes conheceu Jurandir Lodi em 1956, por intermédio do vice-governador José Augusto, que era amigo do irmão de Lodi, Evaldo Lodi.

¹ SAMPAIO, Helena. *Evolução do Ensino Superior Brasileiro*. Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior USP, 1991.

Segundo Onofre Lopes, Jurandir Lodi era "um homem de primeira grandeza"². Era um brasileiro ilustre, que tinha tido todo o interesse e muito fez para o ensino superior do Brasil, com profunda seriedade"³. Foi por ter permitido a instalação da Faculdade de Medicina, que Onofre Lopes, fez o convite para proferir a aula inaugural, trazendo em sua companhia José Teixeira Dias, chefe de seção do Ministério, o qual sugeriu a Onofre Lopes a criação de uma Universidade do Estado, uma vez havia número bastante de faculdades, o que condicionara melhores condições para o funcionamento e aquisições de recursos financeiros. No período, encontravam-se em funcionamento as Faculdades de Farmácia e Odontologia, Medicina, Direito, Filosofia e Serviço Social. A Escola de Engenharia havia sido criada, dependendo da autorização do Governo Federal.⁴

Onofre Lopes, ouvindo a sugestão, imediatamente convocou os diretores das Faculdades, onde funcionava a Secretaria do Hospital Miguel Couto, hoje Hospital Onofre Lopes. Estavam presentes na reunião: José Teixeira Dias, José Cavalcante Melo, Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia, Otto Guerra, Diretor da Faculdade de Direito, Maria Margarida do Souto Figueira, Diretora da Escola de Serviço Social, Edgar Ferreira Barbosa, Diretor da Faculdade de filosofia e Onofre Lopes da Silva, diretor da Faculdade de Medicina. José Teixeira fez longa exposição sobre o assunto, demonstrando as vantagens da criação da Universidade do Rio Grande do Norte para o progresso cultural da região. A sugestão teve boa aceitação.⁵ No mesmo instante, os diretores das faculdades foram falar com o governador Dinarte de Medeiros Mariz. Após a primeira reunião com o Governador, foi autorizado pelo chefe do Executivo a constituição de grupo de trabalho, composto pelos diretores das faculdades e escolas, para estudo do projeto de lei a ser enviado à Assembléia Legislativa. Outras reuniões aconteceram no Hospital Miguel Couto e também na Secretaria da Faculdade de Filosofia, debatendo sobre a Universidade em relação à Legislação, ao estatuto e a outras providências.

² LYRA, Carlos. *A memória viva de Onofre Lopes*. Natal, UFRN. Ed universitária, 1984. p10.

³ Idem. pp 54-55.

⁴ SILVA, Onofre Lopes – *Resumo Histórico do Primeiro decênio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Imprensa Universitária. p.13

⁵ Ibid, p. 10.

Concluídos os trabalhos iniciais pelos grupos de trabalho, o governo encaminhou à Assembléia mensagem propondo a criação da Universidade. O documento foi entregue pelos diretores das Faculdades no Palácio Amaro Cavalcanti aos deputados. Edgar Barbosa foi quem proferiu o discurso, ressaltando a relevância da universidade para o Estado.

Os deputados aceitaram a lei da criação da universidade por unanimidade, que foi sancionada no dia 25 de junho de 1958. Foi então aberto o crédito de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros antigos), a fim de satisfazer as despesas de instalação da universidade.

O ato da sanção da lei foi solene, tendo sido realizada no Salão nobre do Palácio Potengi com a presença dos deputados federais Dix-Huit Rosado e Djalma Marinho, desembargadores Carlos Augusto Caldas da Silva, Zacarias Gurgel Cunha, Tarcisio Maia, Anselmo Pegado Cortez, Floriano Cavalcante de Albuquerque, João Maria Furtado, José Gomes da Costa, Emídio Cardoso, Francisco Canindé, deputados estaduais Waldemar Veras e João Frederico, os diretores das Faculdades Edgar Ferreira Barbosa, Onofre Lopes da Silva, os professores Leide Moraes, João da Costa Machado, Paulo Henrique Bittencourt, Lourival Farias, Antônio Soares de Araújo Filho, Teódulo Avelino, Arnaldo Simonetti, Rodrigues Alves, Ascendino Henrique de Almeida Júnior, José Bonifácio de Carvalho, Leonel Freire, Hiram Diogo Fernandes, Araken Irerê Pinto, Fernando Fonseca, Severino Lopes, Agenor Lima, Jurandi Barbosa, jornalista Leonardo Bezerra e diversos estudantes presentes.”⁶

Foi designada uma comissão composta pelos diretores das faculdades no prazo de 30 dias, para elaboração do anteprojeto do Estatuto da UFRN, que seria analisada pelo Conselho Nacional de Ensino, para autorização, pelo Governo Federal, da Universidade. O projeto de lei tinha que ser acompanhado por um anteprojeto do estatuto.

⁶ Jornal. A República. 04/06/58. 1ª página.

Após a preparação da documentação, que demorou um pouco, indo de 8 de março a 3 junho, o processo foi encaminhado para estudo do conselheiro Parreira Horta, amigo de Onofre Lopes. Ao dia 07 de agosto de 1958, o Conselho, por unanimidade, deu parecer favorável. E no dia 26 de dezembro do mesmo ano, o Governo da República assinou o decreto permitindo o funcionamento da Universidade.

Assim, o processo de criação da Universidade do Rio Grande do Norte foi, portanto, feito pela elite e para os filhos da elite intelectual do Estado, até porque somente ela tinha condições culturais, econômicas e sociais, visto que para fazer estudos superiores era necessário arcar com as despesas e somente membros das famílias abastadas do Estado poderiam enviar seus filhos para estudar no Rio de Janeiro, Bahia, Recife ou Europa, onde eles aprimorariam a sua educação, continuando a exercer o domínio econômico, político e social, assumindo os cargos na burocracia estatal.

Dentre aqueles que foram estudar em Universidades de outros estados, podemos citar Nilo Pereira, que cursou Direito na Faculdade de Recife, Onofre Lopes, que iniciou o curso de Medicina em Recife e concluiu no Rio de Janeiro e Câmara Cascudo, que estudou Direito em Recife e Medicina na Bahia.

Segundo Lopes, a Universidade trouxe para o Estado novas perspectivas para a sociedade. A instalação da Universidade no Rio Grande do Norte era necessária, não apenas para integrar o estado ao Nordeste, como também dar uma nova perspectiva, pois, na medida em que a Universidade crescesse e progredisse, atrairia maiores investimentos e, conseqüentemente, mão-de-obra qualificada.⁷

7 LYRA, Carlos. A memória de Onofre Lopes – Natal, UFRN, ed. Universitária, 1984.

Foi, então, nesse contexto de reformas urbanas, culturais e sociais da década de 50 que as elites intelectuais do Rio Grande do Norte promoveram a criação da Universidade no estado.

Estruturação da Universidade Estadual

Constituído o Conselho Universitário, formado pelos antigos diretores da faculdade, foi feita a primeira lista tríplice para escolha do reitor, de acordo com o Artigo 16 do estatuto da URN⁸. Esta lista era constituída por: Onofre Lopes, Edgar Barbosa e Paulo Pinheiro de Viveiros. O governador Dinarte Mariz nomeou Onofre Lopes. O decreto foi publicado no dia 29 de janeiro de 1959.

Onofre Lopes tomou posse do cargo no salão nobre do Palácio Potengi. E em seis de fevereiro entrou em exercício para desempenhar o cargo por três anos, podendo ser reconduzido.

As primeiras iniciativas foram a instalação da reitoria na avenida Hermes da Fonseca, nº 780, a criação da biblioteca central, que representava o núcleo das diversas bibliotecas existentes em cada uma das unidades e a criação do Instituto de Antropologia.

Nas palavras do reitor Onofre Lopes da Silva, para o cargo de professores da universidade, foram escolhidos os melhores, aqueles que tinham projeção em sua profissão e os que tinham uma base moral e conduta dentro da sociedade. Foram feitos convites a professores da Bahia, Pernambuco e inclusive, um professor de Nápoles, da Itália, Luis Olivieri. Após as convocações era feita comissão apresentando os nomes, os projetos, as soluções e homologações.⁹

⁸ *Diário Oficial Estado do Rio Grande do Norte – ANO LXVIII. Natal – 26/06/1958.*

⁹ SILVA, Onofre Lopes da. *Resumo Histórico do Primeiro decênio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.* Imprensa Universitária. p. 14.

A Universidade e a Política Local

No período da federalização da Universidade do Rio Grande do Norte, o estado apresentava uma estrutura de poder político dominado pela elite agrária regional, em que o sistema de poder e a estrutura social estavam ligados à propriedade de terra, com poucas exceções. Segundo Marlene Mariz, “os líderes políticos estavam ligados a uma grande propriedade e a uma família de estrutura fundiária”.¹⁰

Deve-se ressaltar que o domínio exercido pela elite agrária do Rio Grande do Norte não se limitava ao plano das idéias políticas, nem mesmo ao plano político institucional, mas tinha a ver com o modo de ordenação das estruturas sociais. O poder político estava concentrado nas mãos de poucos grupos que mantinham o controle dos mecanismos de acesso à política estadual.

Isso não vai ser diferente na estrutura administrativa da UFRN. Segundo Gileno Guanabara, ex-aluno da Faculdade de Direito, “A cada governo que assumia, todo o quadro administrativo da Universidade mudava, ficando de fora apenas aqueles que não tinham nenhum comprometimento político”¹¹. Isso significa dizer que o autoritarismo e o conservadorismo vigente nas oligarquias políticas do estado se mantinham também presentes na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Esse fenômeno oligárquico, entendido como um sistema no qual o poder se concentrava nas mãos de um restrito grupo de pessoas, propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue ou interesses, que se serve de todos os meios para conservar o poder¹², permaneceu na Universidade em todo o período estudado nesse trabalho.

¹⁰ Marlene, Mariz da Silva, Bezerra, Maria do Nascimento. *O processo político do Rio grande do Norte (1945-1970)* Coleção Especializada.p. 1

¹¹ GUANABARA, Gileno. Faculdade de Direito de Natal, 1949/1973. p. 10.

¹² BOBBIO, Norberto *et al.* Dicionário de Política. pp 835/836.

Da criação da Universidade do Rio Grande do Norte, em 28 de junho de 1958, até a Federalização, em 18 de dezembro de 1960 e a Reforma Universitária, em 1968, o quadro político no Estado gravitou em torno de Dinarte Mariz, Aluizio Alves e Walfredo Gurgel.

Por ocasião da aprovação da Lei Estadual nº 2307, que criou a Universidade do Rio Grande do Norte, Dinarte Mariz era o governador do estado. Em mensagem à Assembléia Legislativa, Dinarte Mariz discursou: *“Tenho por um dos mais altos deveres do governo (...) dotar o Rio Grande do Norte de uma Universidade”*¹³.

Dinarte Mariz, após 20 anos da criação da Universidade Federal do Rio grande do Norte, disse em discurso:

“Chego ao ato maior do meu governo, diria melhor, da minha vida pública (...) aquilo que mais me tocou a inteligência e ao coração, o de que mais me ufano e pelo qual dou renovada graças a Deus, por me haver feito instrumento de sua criação. Estava reservada a mim, que não me assentei em bancos acadêmicos, que não tive meios de cursar estudos superiores, a gloria de dar à juventude de meu estado o seu galardão maior, a Universidade reclamada por tantas gerações sacrificadas, impedidas de se diplomarem por falta de recursos. Universidade que era sonho mais auto da coletividade, o seu objetivo maior para alcançar a alforria e a maioria de seu desenvolvimento cultural”.¹⁴

Dinarte Mariz e Aluizio Alves sempre foram vinculados à União Democrata Nacional (UDN). Fizeram o aprendizado político junto a homens públicos, cujo passado político remonta à Republica Velha, tais como Eloy de Souza, José Augusto de Medeiros e Juvenal Lamartine.

¹³ Diário Oficial Estado do Rio Grande do Norte – ANO LXVIII. Natal – 04/06/1958.

¹⁴ REGO, Ivonildo. Relatório das atividades do exercício de 1999.



Nas eleições de 1955, Dinarte Mariz saiu vitorioso contra o seu opositor Jocelin Vilar¹⁵. Após trabalhar arduamente na campanha de Dinarte Mariz, Aluísio Alves encaminhou algumas sugestões para quando Dinarte tomasse posse. Esse recusou, sugerindo a Aluísio para pô-las em prática quando fosse governador. Foi o início do rompimento que se configurou nas eleições para o governo de 1960.

Portanto, os governos do período da Federalização, tanto o de Dinarte Mariz como o de Aluísio Alves, estavam todos ligados à elite agrária¹⁶. Por conseguinte, os partidos eram simples expressões nominais, através dos quais os setores oligárquicos se organizavam para a disputa do poder.

No período em que se encontravam no poder, tanto Dinarte Mariz como Aluísio Alves eram representantes da burguesia agrária e suas dominações eram fortes. O peso do controle político era expresso nos processos eleitorais, refletindo também nas relações estabelecidas entre pessoas, ao mesmo tempo em que a alternância no poder se fazia mais presente.

As eleições de 1960 fizeram a cisão definitiva de Aluísio Alves e Dinarte Mariz. Para Carlos Lins Silva, essa eleição caracterizou-se por uma crise no domínio oligárquico do Rio Grande do Norte, no qual houve uma conjuntura que favoreceu o surgimento de uma candidatura populista.

O populismo no Rio Grande do Norte, durante as décadas de 50 e 60, configurou-se como característica importante na compreensão das lutas sociais travadas no período, através do aparecimento de figuras míticas que se apresentavam como defensores do Brasil e do povo e assumiam uma postura política nacionalista.

¹⁵ LIMA, José Ayrton de. *A História das campanhas populares do Rio Grande do Norte*. pp. 61-62.

¹⁶ *Ibid*, p 48.

Esse aparecimento de um jogo populista tinha por objetivo principal obter maiores vantagens eleitorais. Isso não implicou no aparecimento de outros grupos de interesse na área, mas da utilização pelos próprios grupos agrários e mercantis dominantes, uma nova tática política eleitoral. Dessa forma, a chegada de Aluízio ao governo do Estado significou uma renovação das velhas práticas oligárquicas.

Essa pretensão de Aluízio Alves de favorecer o progresso, não significava substituição da dominação oligárquica estadual do poder estadual, mas somente modernizar para manter, em essência, essa dominação.

Nas eleições de 1960, Aluízio Alves enfrentou Djalma Marinho, que era apoiado por Dinarte Mariz. Este não escondia o uso da máquina governamental para eleger seus candidatos e apadrinhados. Do outro lado, Aluízio Alves contava com o apoio dos sindicatos, dos movimentos estudantis e nacionalistas.

Aluízio Alves foi eleito governador do Estado com 22.881 votos a mais que seu mais forte concorrente. Tão logo foi empossado, revelou-se autoritário e repressivo, perdendo o apoio dos estudantes que participavam da frente nacionalista. Em consonância com postura autoritária de intolerância para com os movimentos sociais assumidas durante todo o seu governo, Aluízio Alves, há menos de um mês de sua posse, desencadeou um processo repressivo ao Movimento Estudantil.

Assim, após ser eleito, Aluízio Alves rompeu com as forças de esquerda, responsáveis diretamente com a sua vitória, em 1960, no Rio Grande do Norte. Os procedimentos administrativos demonstraram que a sua aliança com a esquerda e o apoio às teses nacionalistas terminaram após a eleição.

O governo Aluízio Alves teve efetiva participação do programa norte-americano conhecido como Aliança para o Progresso. Germano afirma

que “Aluízio Alves montou um ambicioso programa governamental e vai buscar financiamento para suas obras na Aliança para o Progresso”¹⁷.

Na Universidade do Rio Grande do Norte, houve um acordo MEC-USAID, em 1966, que tinha por finalidade inserir a Universidade no padrão das Universidades norte-americanas de ensino pago. Nesse momento, a Universidade já havia passado pelo processo de federalização, o qual será explicitado mais adiante.

Aluízio Alves terminou o seu mandato como governador do Estado em 31 de janeiro de 1966, mas conseguiu eleger o seu candidato político Monsenhor Walfredo Gurgel. Assim, manteve a sua influência nas decisões do Estado.

¹⁷ GERMANO, *op. cit.* p. 106.

CAPÍTULO II: O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO

Nesse segundo capítulo, será feita uma breve reconstituição do processo de federalização da Universidade do Rio Grande do Norte, abordando os mecanismos utilizados pela Universidade para obter a federalização, as mudanças daí decorrentes e o desenvolvimento da instituição.

Os primeiros passos para a federalização se deram por iniciativa da elite intelectual do Estado, tendo como figuras principais os políticos e os diretores da universidade Estadual.

A Universidade do Rio Grande do Norte passava por dificuldades financeiras, por ser um órgão mantido pelo Estado. No período da criação da URN, o Rio Grande do Norte passava por uma grande crise econômica, principalmente devido à seca de 1958.¹⁸

A Universidade sofria esses efeitos, faltavam recursos humanos e verbas para a aquisição de equipamentos. Pensando nisso, o reitor sentiu a necessidade de federalizar a Universidade. Onofre Lopes chegou a afirmar que sentia-se, de certa forma, devedor, pois no período da criação da universidade, o Governo Federal sugeriu criar uma Universidade Federal, mas, por falta de pessoas qualificadas para tal processo, preferiu-se primeiramente criar uma universidade estadual¹⁹.

No fim de 1959, estava correndo no Congresso Nacional, o projeto de encampação da Faculdade de Farmácia e Odontologia. Foi feita uma proposta aos senadores Reginaldo Fernandes e Sérgio Marinho para que fizessem emenda, no sentido de federalizar a Universidade, com todas as unidades em funcionamento.

¹⁸ SANTOS, Paulo Pereira. *Evolução Econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI): 500 anos da História Econômica do Rio Grande do Norte*. 2ª edição. Natal. Departamento de Imprensa do Estado, 2001.

¹⁹ LYRA, Carlos. *A memória viva de Onofre Lopes*. Natal, UFRN. Ed universitária, 1984. p. 60.

O reitor consultou o conselho universitário sobre a oportunidade então existente. Foi feita reunião e apresentada a proposta, que não foi aceita pelos professores da Faculdade de Farmácia e Odontologia.

De 24 a 26 de maio de 1960, encontrava-se presente em Natal o presidente Juscelino Kubitschek, para encerrar o II Encontro dos Bispos do Nordeste. O reitor achava que seria uma grande oportunidade de falar com o presidente e pedir-lhe a federalização da Universidade. Os bispos não concordaram com o encontro, alegando que já havia uma pauta definida dos assuntos que iriam ser tratados e que não seria possível marcar audiência com o presidente.

Onofre Lopes, em companhia de Otto de Brito Guerra, escreveram um memorial curto e entregaram ao presidente. Na entrega do memorial, o reitor faz o seguinte apelo:

“Presidente, eu sou reitor e aqui o professor Otto Guerra, vice-reitor da Universidade do Rio Grande do Norte. Nós fizemos esta Universidade com o intuito de fixar o homem à terra, de aproveitar os nossos valores. É um esforço muito grande dos intelectuais da terra fazer com que se instale uma universidade. Mas acontece que esta Universidade é Estadual. Nós estamos conduzindo com maiores dificuldades. Nos falta os elementos humanos essenciais, necessários, professorado conveniente, categorizado. Nos faltam equipamento, falta espaço, falta prédio, falta tudo. Nós vivemos aqui na pobreza e então só temos aqui uma salvação, que é a federalização”.²⁰

Após receber o memorial, o presidente comprometeu-se com o pedido e a partir daí iniciaram o levantamento de todas as unidades, professores, biblioteca central, prédios, dependências, materiais escolares e equipamentos.

²⁰ Ibid.p. 61.

A lei de federalização da Universidade foi redigida por Lodi e enviada para a presidência da república. Sylvio Pedroza, subchefe da Casa Civil da Presidência da República, foi o portador da mensagem ao Congresso, assinado pelo presidente, pedindo à federalização. Ocorrendo a tramitação do processo, o relator designado foi Djalma Marinho. Ao mesmo tempo em que tramitava o processo da URN, também ocorria o da Universidade de Maceió. Por uma manobra política de favores, Djalma Marinho ficou com o processo de Alagoas e um alagoano, Carlos Gomes, com o processo da Universidade do Rio Grande do Norte. ?

Depois que saiu da Câmara dos Deputados, o processo foi para o Senado. No mesmo momento em que foi analisado o processo da Universidade do Rio Grande do Norte, foi também analisado o de Santa Catarina. ?

Nesse período de 1960, estava havendo a criação de muitas universidades, decorrentes das transformações econômicas pós-1940.

O fim do mandato de Juscelino Kubitschek estava causando muitas aflições às elites do Rio Grande do Norte, as quais achavam o governo de Jânio Quadros revolucionário e temiam que os cortes que Jânio iria fazer afetariam diretamente a federalização da universidade.²¹

Então, através da influência de Dix-Huit Rosado, que era senador e mantinha relações diretas com o presidente do senado, conseguiu-se que o processo fosse julgado antes do final do governo de Juscelino. O processo foi aprovado no dia dezoito de dezembro de 1960.

No dia seis de março de 1961, no Diário Oficial, saiu a lista de nomeação dos professores da Universidade. Deve-se ressaltar, no entanto que esses professores eram do período em que a universidade era estadual, concluindo-se então que não houve concurso para o preenchimento de vagas

²¹ Ibid, p. 68.

para esse cargo. A posse realizou-se no dia 4 de abril de 1961, na Escola Doméstica, com a presença de Jurandir Lodi, que deu posse a todos.

A Universidade após a federalização

Legalizada a Universidade e nomeados os professores, em sessão de 5 de abril de 1961, foi votada, pelo conselho universitário, a lista tríplice para a eleição do reitor. Foram indicados os nomes de Onofre Lopes da Silva, José Cavalcanti Melo e Otto de Brito Guerra. Por decreto presidencial de 22 de maio de 1961, foi nomeado para reitor Onofre Lopes. A posse ocorreu no gabinete do ministro da educação e cultura, Jurandi Lodi, no Rio de Janeiro, assumindo as funções no dia 29 do mesmo mês, perante o conselho universitário. E José Cavalcanti Melo foi eleito vice-reitor de acordo com o estatuto da universidade.

Para Onofre Lopes, a federalização trouxe um grande progresso para a Universidade, que contava com cinco unidades: Faculdade de Direito, Farmácia e Odontologia, Escola de Engenharia e Medicina e, após dez anos, já contava com dezoito unidades.²²

A UFRN passou a competir com as demais universidades do nordeste que já tinham sido federalizadas como as do Ceará, Recife e Paraíba. A unificação do ensino superior no Estado possibilitou uma melhora substancial nos equipamentos e aperfeiçoamento do quadro docente, havendo um nivelamento do ensino superior do Rio Grande do Norte com o dos demais Estados da Federação.

No âmbito local a elite que era composta por políticos, intelectuais, profissionais liberais continuava exercer influências nas decisões da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Os recursos da Universidade, que eram de âmbito estadual, passaram a ser federais. Com isso, houve um aumento gradativo em seus cursos, ampliando o número de

²² Ibid, p. 15.

vagas, como também recebendo incentivos e melhoras no seu sistema didático. Nesse momento, a universidade passou a ter uma preocupação mais tecnológica do que retórica, diferentemente do período em que era estadual, quando priorizava o ensino humanista e liberal. A política federal incentivava a valorização dos procedimentos técnicos em todos os campos, em clara sintonia com a internacionalização da economia eufórica modernizante, simbolizada pelo plano de metas de Juscelino Kubitschek²³.

Na Universidade Federal todos os serviços administrativos foram centralizados, sob a direção do reitor Onofre Lopes com as coordenações das diversas unidades integrantes da universidade.

Os relatórios da administração do reitor Onofre Lopes, que indicavam a ocorrência de uma melhora substancial nos equipamentos e aperfeiçoamento do quadro docente da UFRN, divergem da realidade vivenciada pela Universidade nos anos após a federalização. Segundo Gileno Guanabara, contrariando as informações fornecidas por Onofre Lopes, o diretor da Faculdade de Direito, Otto de Brito Guerra, relatou as dificuldades que essa Faculdade vinha enfrentando, principalmente após a federalização, pois esta tinha perdido a sua autonomia, tornando-se um mero Centro de Ciências Sociais Aplicadas²⁴.

O relatório da administração do ano de 1963 afirma que Universidade Federal teria alcançado os desígnios que lhe cabiam como instituição, sendo, em 1963, instalados a reitoria, a tesouraria, a imprensa universitária, o prédio da Faculdade de Medicina, o laboratório industrial farmacêutico e o restaurante universitário²⁵.

No tocante à metodologia, iniciavam-se as primeiras transformações. A Faculdade de Direito obrigou a cada aluno a escrever o trabalho de pesquisa no final do curso. A Escola de Música desenvolveu uma

²³ MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo, Brasiliense, 1981. pp. 105-107.

²⁴ GUANABARA, Gileno. Faculdade de Direito de Natal. 1968. p. 10.

²⁵ SILVA, Onofre Lopes da. Relatórios das atividades do ano de 1963.

grande movimentação no aspecto didático e pedagógico. E a Escola de Engenharia inovou no processo de admissão do quadro docente, fazendo proceder a um concurso de provas e títulos para as disciplinas em que iam lecionar.

Alguns cursos continuaram retóricos e outros já começavam a desenvolver uma formação na base de pesquisa, ou seja, tecnológico. No entanto, a maioria dos cursos continuava num estilo mais vinculado ao humanismo. Com a federalização, deu-se início a um reajustamento, tentando fazer uma integração e nivelamento que só seria alcançado por total com a Reforma Universitária de 1968, que deu início à criação dos Centros Acadêmicos, tornando a universidade um corpo único.

O relatório da administração do ano de 1964 informa que ocorreram inúmeras inaugurações, havendo ampliação de matrículas em todas as unidades. Iniciou-se a construção do prédio da Escola de Engenharia. E o aumento e interesse pelas profissões técnicas. Também se registrou movimento de caráter universitário principalmente devido à efetiva participação do governo de Aluísio Alves com o programa norte-americano conhecido como Aliança para o Progresso e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ocorrendo o acordo MEC-USAID.

Em 1964, ocorreu uma reforma no ensino médico que possibilitou uma ruptura com o regime didático anterior. Ainda nesse período não era possível a formação médica especialista, mas a especialização era algo a ser alcançado futuramente, pois até aquele momento a Universidade Federal não tinha recursos suficientes.

Entre as resoluções de maior importância para a universidade, consoante os relatórios da gestão de Onofre Lopes, destaca-se o sistema de aprovação por matérias. Nesse mesmo período a universidade criou o curso preparatório para o vestibular.

A política educacional do âmbito de ensino superior foi formulada no auge do regime militar com o firme propósito de conter as mobilizações estudantis e os possíveis focos de resistência ao movimento de 1964, existentes na universidade.

CAPÍTULO III: A UNIVERSIDADE E O REGIME MILITAR

O golpe de Estado de 1964 depõe o presidente João Goulart e põe fim à “democracia populista”. O Estado populista, com sua ambigüidade, não correspondia às necessidades requeridas pelo novo patamar de acumulação de capital. As mobilizações populares em favor de reformas na estrutura da sociedade brasileira intensificaram-se e o conflito entre capital e trabalho acentuou-se, agravando a crise política dos estados, iniciada em 1946. Fruto de uma colisão civil e militar, o golpe configura a ascensão de um novo poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira²⁶.

Por contraposição ao populismo, ao assumirem o poder em 1964, os militares implantaram um regime autoritário. A intervenção militar respondeu tanto às determinações básicas do capital como às reivindicações e lutas de movimentações sociais e partidos políticos de base popular.²⁷

Apesar de o golpe ter sido desferido em nome da democracia, o que de fato ocorreu foi uma implantação gradual de uma ditadura militar, cujo suporte obrigatório era a ideologia de Segurança Nacional.

O controle militar sobre o Estado implicou uma forma de dominação e, por conseguinte, de atuação prática em diversos campos da vida econômica, social e política do país, na qual se inclui a política educacional.

²⁶ TOLEDO, Caio N. de. O governo de Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 42.

²⁷ SOLA, Lourdes. O golpe de 1964. São Paulo: Braziliense, 1982.p. 101.

Segundo Germano, a atuação do Estado na área da educação nesse período do Estado Militar é coerente com a ideologia da Segurança Nacional, que se reveste de um anticomunismo exacerbado, de um antiintelectualismo, que conduzia à negação da razão.²⁸

A política educacional do Regime Militar vai se pautar, do ponto de vista teórico, na economia da educação de cunho liberal, responsável pela elaboração da chamada teoria do capital humano. Conforme Claus Offe, “a economia da educação pretende estabelecer determinado nível de renda ou de crescimento através dos efeitos do sistema educacional”²⁹.

Segundo Meneghel, “o Governo Militar vincularia educação e economia. Por isso, a universidade assumia o papel de formadora de mentes e da tecnologia que o país estaria necessitando”³⁰. Dessa forma, o Governo também deveria fornecer recursos que possibilitassem as atividades acadêmicas, ou seja, significava modernizar essas instituições no padrão da política militar de qualificação.

As mobilizações crescentes da comunidade acadêmica exigiam mudanças na política universitária. A União Nacional dos Estudantes propunha que para modernizar o país, no sentido de romper com o padrão tradicional liberal, seria imprescindível haver uma reforma universitária. Nas suas propostas, a universidade deveria estar a serviço da sociedade, o exame estabelecido ser extinto visando a uma democratização do acesso, ou seja, a universidade deixaria de ser elitista e passaria a englobar as camadas populares, deveria haver maior participação discente nos órgãos diretivos, como também mudanças curriculares e modernização estrutural.

²⁸ GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

²⁹ OFFE, Claus. *Sistema Educacional, sistema ocupacional e política da educação; contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional*. Trad. Vanilda Paiva, 1990, Mimeo. In *Revista Educação e Sociedade*. São Paulo (35): 9-59, abr. 1990.

³⁰ MENEGHEL, S. A. M. A Crise da Universidade Moderna no Brasil. São Paulo. p. 106.

Visando este fim, o Governo Militar criou o grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), que tinha como princípio fundamental ajustar as Instituições de Ensino Superior (IES) ao modelo de desenvolvimento econômico. Como medida de destaque, esse grupo pretendia a indissolubilidade entre ensino e pesquisa em todas as universidades e a institucionalização da Pós-Graduação. Segundo Meneghel, “cabe a ressalva de que estas medidas eram recomendadas em um cenário em que a formação do cidadão se confunde com a do consumidor”³¹.

Acreditamos que a proposta de modernização das universidades no período da ditadura teve, de modo geral, a função de integrar melhor o Brasil na expansão do capitalismo e mantê-lo, todavia, em sua posição periférica.

Apesar do emprego dos recursos estatais em setores diretamente vinculados à acumulação do capital, não priorizando a destinação de verbas para a educação pública e apontando no sentido da privatização do ensino, o Estado brasileiro não se desinteressou pela educação. O seu interesse se manifestou, primeiramente, através da repressão a professores e alunos indesejáveis ao Regime, através do controle político e ideológico do ensino, visando à eliminação do exercício da crítica social e política, para obter a adesão de segmentos sociais cada vez mais amplos para o seu projeto de dominação.

Esse clima de cassação de docentes e discentes foi classificado por Germano de “evasão de cérebros”³². Ao AI-5 segue-se o Decreto-lei 477/69 que reprime durante qualquer possibilidade de crítica política, no âmbito sistema educacional, e o Ato Complementar nº 75 de 21-10-1969, assinado pela junta Militar, que decretava o fim da carreira científica dos pesquisadores pelos Atos Institucionais, ao impedi-los de trabalhar nas universidades³³. Esses

³¹ Ibid, p. 74.

³² GERMANO, José Willington. Op. cit. p. 111.

³³ Ibid.



professores serviam de exemplo para que os demais não fossem contra a política do Estado.

Na UFRN, os estudantes universitários, sob a liderança de João Faustino, foram desalojados da sede do Restaurante Universitário, que nessa época do Governo Militar era administrado pela União Estadual dos Estudantes (UEE), que realizavam uma assembléia, no dia primeiro de abril, tendo João Faustino pronunciado um discurso considerado ofensivo às forças armadas, sendo preso e posteriormente liberto, pela intervenção do Reitor Onofre Lopes³⁴.

Os estudantes reagem, sobretudo a partir de 1966, contra o autoritarismo e a política educacional dos militares. Em 1966 foi travada uma luta contra a Lei Suplicy que desaguou na setembrada, movimento de repercussão nacional contra a repressão. Em 1967, começaram as mobilizações contra os acordos MEC – USAID e outros aspectos da política educacional, como a privatização do ensino, com os estudantes exigindo mais vagas e mais verbas para a educação no Rio Grande do Norte.

Os estudantes, em geral, protestaram contra a ditadura e contra o imperialismo norte-americano. Daí as constantes passeatas dos chamados excedentes, que haviam sido aprovados no vestibular, mas que não tinham acesso à universidade por falta de vagas.

A repressão desencadeada depois do golpe de 1964 atingiu duramente a educação. As universidades foram objeto de intervenção militar. Foram efetuadas prisões de professores e estudantes.

A prisão de lideranças estudantis foi determinação imediatamente cumprida pelos encarregados dos inquéritos policiais militares, enquanto nos diretórios foram designados interventores. A prisão de alguns acadêmicos, como no caso de Marcos José de Castro Guerra, José Ribamar de Aguiar e

³⁴ GUANABARA, Gileno. *Op. cit.* p. 103.

Pedro Nunes Cavalcante, em Caruaru-PE, quando retornavam para Natal, causou revolta no meio universitário³⁵.

Na UFRN, foi determinada a abertura de inquérito em atendimento às ordens emanadas do "Comando Unificado da Redução". Foram designados os professores Genário Alves Fonseca, José Nunes Cabral e Antônio Soares de Araújo Filho. O trabalho de listagem das pessoas visadas cabia à polícia que a remetia àquela comissão da Universidade, para que fossem ouvidas.

Esses inquéritos visavam apurar as atividades dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dentre esses professores, contam-se Raimundo Nonato Fernandes e Américo de Oliveira Costa, da Faculdade de Direito, e o professor Getúlio Barros, da Faculdade de Medicina.

A prisão de várias lideranças estudantis, a fuga ou afastamento das atividades, ou simplesmente o silêncio omissivo do acadêmico, tornaram a UFRN um centro de medo e terror, que não a diferenciava de outras Universidades.

O clima de convivência fraterna das disputas e lutas vividas fora substituído por determinações do Comando das Forças Militares. A UFRN, os seus estudantes e professores, como nas escolas superiores pelo Brasil, sentiram a partir de então a dureza dos caminhos da ilegalidade.

Ainda em 1964, o Conselho Federal de Educação (CFE) nomeou, por razões diversas, reitores *pro tempore*. Na UFRN, no começo dos anos 70, a Universidade do Rio Grande do Norte teve a nomeação de um reitor militar, Genário Alves da Fonseca, um oficial da Aeronáutica que, durante quatro anos, dirige a UFRN com "mãos de Ferro".

³⁵ Ibid, p. 98.

Durante os anos de 1966, houve denúncias dos estudantes do acordo MEC-USAID, que tinha por finalidade o estudo da Reforma Universitária na América Latina, visando inserir na UFRN o padrão estrutural das universidades Norte-Americanas de ensino pago. Houve uma preocupação do aprimoramento dos métodos de ensino e adequação às modernas conquistas didáticas e ampliação das bibliotecas. Como também no programa CRUTAC na instalação de amplo programa de interiorização visando ao treinamento rural do pessoal de nível superior.

A análise de Giselda Gomes de Salles sobre o CRUTAC salienta que o controle político e ideológico, presente no referido projeto de extensão, visava atingir não apenas os estudantes, mas também as próprias comunidades carentes, prevenindo, desta maneira, um possível foco de protesto contra o governo. Desta forma, eliminaria a pobreza, sem modificar a estrutura econômico-social, através do desenvolvimento da educação do povo. Daí a importância dos universitários sob a direção intelectual do regime militar.

36

O CRUTAC, além de ter ocasionado o controle político e ideológico dos universitários e da comunidade a qual prestavam serviço, no Rio Grande do Norte, também foi fruto das brigas oligárquicas do interior, existentes na política do estado, entre as forças políticas ligadas a Aluizio Alves, e na UFRN, vinculadas a Dinarte Mariz, que detinha grande influência sobre a Universidade.

Para Germano³⁷, a criação do CRUTAC foi uma fórmula encontrada pela facção que estava à frente da Universidade, de contrabalançar a ação da facção governante, mediante o expansionismo dos serviços prestados pela UFRN, para áreas do interior do estado. Isso foi possível graças à estreita relação existente entre Dinarte Mariz e o governo militar, que desta forma contribuiria para desgastar a outra facção política oligárquica.

³⁶ SALLES, Gizelda Gomes de. *CRUTAC, Compromisso social ou projeto político-pedagógico?* Natal, UFRN (tese de mestrado em educação), 1986.

³⁷ Ob. Cit.

Nas mudanças ocorridas na universidade, nem todos se deixaram contagiar. Inúmeras foram as tensões entre estudantes e Universidade, diferente do que era informado nos relatórios da gestão desse período. Os acadêmicos de Direito e Medicina vinham de movimentos estudantis desde antes da federalização³⁸. Esses cursos lutavam pela preservação da autonomia da UFRN, a qual sofria interferências das políticas partidárias, disseminadas nas campanhas eleitorais, especialmente após o ano de 1960, através dos meios de comunicação disponíveis.

A Reforma Universitária na UFRN

Em 1973, na administração do reitor Genário Fonseca, foi implantada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte a Reforma Universitária. Nesse período, foi efetivada a recomposição da estrutura acadêmico-administrativa, preconizadora da instalação dos Centros Universitários que congregaram, a partir de determinadas características, antigas faculdades, institutos e escolas extintas há pouco tempo desse período. Passaram assim a serem Centros e a se constituírem em unidades Universitárias, das quais os Departamentos seriam sub-unidades. Também, da nova concepção, evidenciou-se o colegiado de cursos, que foi responsável pela execução dos trabalhos didático-pedagógicos desenvolvidos no âmbito de cada curso mantido pela UFRN.

Segundo o relatório das atividades do exercício de 1973, do reitor Genário Alves da Fonseca, a Reforma Universitária motivou um completo reexame do organismo universitário, criando novos conceitos capazes de imprimir ao mesmo tempo um sentido dinâmico e realista.³⁹

A ajustagem da estrutura acadêmico-administrativa da Universidade determinou uma total reformulação dos padrões até então

³⁸ SILVA, Justina Iva de A. *Estudante e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)*. São Paulo: Cortez. p. 39.

³⁹ FONSECA, Genário Alves. *Relatórios das atividades de 1973*.

existentes, seja no campo didático, seja no campo administrativo, com inevitável reflexo em sua estrutura física.

O modelo de Universidade adotado pela UFRN visava assegurar maiores índices de produtividade, através de uma estrutura organizacional que possibilitava: unidade de patrimônio, administração e de funções, com plena utilização de recursos humanos; universidade de campo pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano; flexibilidade de métodos e critérios; eliminação de entraves criados pela superposição de escalões que decidem sobre a mesma matéria.

Na fixação dos cinco Centros Universitários, a UFRN manteve a distinção entre um sistema básico e um sistema profissional de ensino e pesquisa, em consonância com os princípios norteadores da Reforma. A direção dos cursos era submetida à ação de um coordenador, que poderia proceder a uma perfeita coordenação do ensino através do relacionamento com os Departamentos, com integral dedicação às atividades acadêmicas.

Na organização dos cursos foram implementadas as disciplinas semestrais e, em casos especiais, trimestrais, a ordenação curricular através de pré-requisitos, a matrícula por disciplina e o controle da integração curricular por meio de créditos.

A estrutura didática foi assentada em Departamentos, que foram agrupados, segundo a sua natureza, nos Centros. Estes congregavam todos os recursos humanos a matérias afins, extinguindo a dispersão que a antiga estrutura permitia. Cada Departamento se incumbia de todas as atividades afins da Universidade, nos diferentes cursos, em programas de pesquisa e extensão, para os quais se encontrasse habilitado.

Os Departamentos, embora vinculados a um Centro, lecionavam as disciplinas que cabiam no seu respectivo âmbito de ação. Os Centros tinham Conselhos que reuniam os Coordenadores dos Cursos, os chefes de

Departamentos de cada Centro, mais representantes dos Docentes nas diferentes categorias a ele vinculadas e eram presididas pelo Diretor do Centro.

O novo sistema didático inseriu disciplinas obrigatórias comuns às cinco áreas. Existiam ainda as disciplinas obrigatórias da área, que o aluno nela inscrito deveria necessariamente cursar. Existiam, também, disciplinas obrigatórias por setor, que correspondiam a uma distribuição interna dos cursos vinculados à área e que já possibilitou ao aluno obter os créditos correspondentes ao curso de sua preferência. Além disso, o aluno deveria escolher os créditos suficientes para completar o primeiro ciclo, cursando disciplinas optativas, de uma lista de ofertas que lhe eram propostas.

O vestibular, no período de 1973, foi unificado, objetivando dar melhores técnicas para exames desse gênero, sendo único e unificador para toda a Instituição, com ponderação por áreas e adoção de escores padronizados, levados em conta na classificação final.

Para Alberto Pinheiro Medeiros, a Reforma Universitária teve por objetivo elevar a universidade ao plano de racionalidade crítica e criadora, tornando-a uma instância de reflexão sobre as condições e o sentido do desenvolvimento⁴⁰.

Para sintetizar o processo de transformação por que ela passou em 1973, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte procurou, gradativamente, assumir uma posição empresarial, sem diminuição ou perda de nenhum dos seus objetivos básicos, assumindo uma posição da política educacional do Regime Militar.

O ritmo de crescimento da Universidade induziu à criação de novos cursos e de unidades no interior do estado, dando oportunidade aos habitantes dessas áreas de obterem nível superior.

⁴⁰ MEDEIROS, Alberto Pinheiro. *O curso de história da UFRN: 30 anos de existência*. Revista História UFRN -1957 a 1987. n. 1, p. 18.

A Reforma Universitária exigiu um reaparelhamento físico compatível com o processo da Reforma. Esse caráter inter-unitário e interdepartamental, próprio da Reforma, exigiu a concentração das atividades acadêmicas em um só espaço físico. Daí a concepção do Campus Universitário. Para a implantação foi necessário o apoio pessoal do ministro Jarbas Gonçalves Passarinho e do Secretário Geral do MEC, Confúcio Pamplona. E a partir do ano de 1974, foi transferida para o Campus a unidade das áreas humanista e tecnológica.

Essa reforma tornou-se um marco do estado como orientador de políticas para educação superior e também como controlador destas. Daí, destacamos duas medidas distintas para as universidades. A primeira, de expansão, quando houve a liberação de verbas para a iniciativa privada, visando à abertura de escolas superiores isoladas e que ampliou em quase cinco vezes o número de vagas em apenas uma década, fazendo da educação superior um negócio rentável. A segunda, da modernização, que previa o incentivo estadual à pesquisa e à pós-graduação, apenas nas ações consideradas prioritárias pelos militares, as quais eram estimuladas com apoio de pesquisas governamentais, como CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), apenas em centros já estabelecidos. Contudo, a grande maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) permaneceu dedicando-se exclusivamente ao ensino.

Como resultado dessa política, nos anos 70, havia no país uma grande heterogeneidade das IES - algumas que se dedicavam a pesquisas (os centros de excelência) e outras apenas ao ensino, como os centros de ensino e de qualidade.

É ainda durante o Governo Militar, pós reforma universitária de 1968, que a educação superior se mostra como um projeto necessário à implantação e manutenção do modelo sócio-econômico vigente. A fase do desenvolvimento capitalista em que se encontrava o país indicava novas

demandas econômicas e sociais e, sob muitos aspectos, apontava-se para a necessidade da ampliação do acesso ao ensino superior.

Apesar do discurso de valorização da educação, o governo não tinha verba suficiente para investir no incremento da educação superior pública, pois seus créditos econômicos eram depositados maciçamente em setores de acumulação direta de capital.

Segundo Germano⁴¹, o modelo econômico vigente investia no processo de internacionalização, concentração e centralização do capital, que tinha no consumo individual de bens duráveis uma de suas estratégias.

A alternativa mais viável para o setor da educação, diante deste quadro de ausência de investimento do Estado na educação superior pública, foi a tentativa do modelo norte – americano de ensino superior pago.

Esse modelo sócio-econômico abria o mercado de trabalho para os que não possuíam diploma. A educação superior tornou-se, para muitos da classe média, uma forma de ampliação e reprodução desse contexto ou mesmo uma forma de ascensão social, em que, mais uma vez, a população pobre ficaria excluída do Ensino Superior. Para o governo isso significou a consolidação de um mercado consumidor necessário ao desenvolvimento econômico do país, pois aqueles que não tinham acesso às universidades, fariam cursos profissionalizantes, aumentando a mão-de-obra para as indústrias.

Segundo Meneghel⁴², no período de 1962 a 1973, o ensino superior passava de um número de 100.000 estudantes em IES para 800.000, e o setor privado foi o grande responsável por isso.

⁴¹ Ob. Cit.

⁴² Ob. Cit.

A reforma do Ensino Superior não contou com a participação da sociedade civil e visava ainda, como salienta Evaldo Vieira⁴³, desmobilizar “eventuais movimentos neste campo”. Por outro lado, a reforma tinha também a pretensão de atender a uma demanda efetiva e a uma carência real de segmentos da sociedade excluída dos privilégios concedidos pelo centro do poder.

Ao analisar todo o processo de federalização da Universidade, concluímos que embora tenha havido algumas alterações na administração burocrática da Universidade, a mudança mais significativa foi a inserção de verbas federais, que seriam utilizadas de maneira que bem interessasse à política local.



⁴³ VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1983. p. 239.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que a implantação da Universidade no Rio Grande do Norte e a sua posterior federalização foram marcadas por influências políticas, econômicas e sociais.

Considerando que a Universidade não é apenas uma unidade didática, pois sua finalidade transcende ao exclusivo propósito do ensino, caracterizando-se como uma instituição que tem o dever de ser ativa e militante na sociedade, o seu funcionamento e estruturação não podem ser compreendidos sem que sejam analisadas as relações entre ela e o meio social.

Ao longo do trabalho, demonstramos como as forças políticas tiveram intensa atuação na história da Universidade, desde a sua criação - que foi possível graças à relação amigável existente entre o vice-governador José Augusto e Evaldo Lodi, irmão de Jurandir Lodi, responsável pela direção do Ensino Superior no Brasil - até a sua federalização, cujos passos iniciais se deram por iniciativa da elite intelectual e política do Estado, notadamente quando Onofre Lopes, à época reitor da Universidade, em companhia de Otto de Brito Guerra, vice-reitor, aproveitaram a presença do presidente Juscelino Kubitschek em Natal e escreveram um memorial informando sobre as necessidades da Universidade.

No tocante à federalização, ponto principal desta monografia, merece destaque a sua importância para o incremento dos recursos financeiros repassados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que resultou no estímulo ao crescimento da própria instituição, mas também incentivou o desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Norte.

A partir de 1968, com a reforma universitária, a UFRN passou por um processo de reorganização que marcou o fim das faculdades e a consolidação da atual estrutura, ou seja, o agrupamento de diversos

departamentos que, dependendo da natureza dos cursos e disciplinas, organizaram-se em centros acadêmicos.

Assim, podemos concluir que as universidades têm um papel fundamental para o crescimento científico e cultural dos povos, pois estão voltadas ao aprendizado e à produção do conhecimento. De fato, temos que repensar o papel da universidade para o desenvolvimento de nosso país. Igualmente, avaliar o papel da UFRN para o crescimento do Rio Grande do Norte.

Não devemos nos limitar aos campos econômico, social, científico ou tecnológico, mas pensar em termos culturais, entendendo a cultura como a totalidade do nosso modo de vida e do desenvolvimento humano.

BIBLIOGRAFIA

A REPÚBLICA. 04/06/58. 1ª página.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GUANABARA, Gileno. *Faculdade de Direito de Natal*. 1968.

FONSECA, Genário Alves. *Relatórios das atividades de 1973*.

LIMA, José Ayrton de. *A História das campanhas populares do Rio Grande do Norte*.

LYRA, Carlos. *A memória viva de Onofre Lopes*. Natal, UFRN. Ed universitária, 1984.

MEDEIROS, Alberto Pinheiro. *O curso de história da UFRN: 30 anos de existência*. Revista História UFRN -1957 a 1987. n. 1.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MENEGHEL, S. A. M. *A Crise da Universidade Moderna no Brasil*. São Paulo.

OFFE, Claus. *Sistema Educacional, sistema ocupacional e política da educação; contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional*. Trad. Vanilda Paiva, 1990, Mimeo. In Revista Educação e Sociedade. São Paulo (35): 9-59, abr. 1990.

REGO, Ivonildo. *Relatório das atividades do exercício de 1999*.

SALLES, Gizelda Gomes de. *CRUTAC, Compromisso social ou projeto político-pedagógico?* Natal, UFRN (tese de mestrado em educação), 1986.

SAMPAIO, Helena. *Evolução do Ensino Superior Brasileiro*. Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior USP, 1991.

SANTOS, Paulo Pereira. *Evolução Econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI): 500 anos da História Econômica do Rio Grande do Norte*. 2ª edição. Natal. Departamento de Imprensa do Estado, 2001.

SILVA, Justina Iva de A. *Estudante e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)*. São Paulo: Cortez.

SILVA, Marlene Mariz da. BEZERRA, Maria do Nascimento. *O processo político do Rio grande do Norte (1945-1970)*. Coleção Especializada.

SILVA, Onofre Lopes da. *Relatórios das atividades do ano de 1963*.

_____. *Resumo Histórico do Primeiro decênio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Imprensa Universitária.

SOLA, Lourdes. *O golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TOLEDO, Caio N. de. *O governo de Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1983.

ANEXOS

**As mudanças ocorridas no quadro docente antes e depois da
federalização da Universidade do Rio Grande do Norte**

	Professores antes da Federalização	Professores depois da Federalização	Professores que permaneceram	Professores contratados
Faculdade Farmácia e Odontologia	20	Faculdade de Farmácia	1	8
Escola de Serviço Social	20	Escola de Serviço Social	14	10
Faculdade de Direito	4	Faculdade de Direito	2	17
Escola de Engenharia de Natal	23	Escola de Engenharia de Natal	13	10
Faculdade de Filosofia de Natal	8	Faculdade de Educação		16
Faculdade de Medicina	33	Faculdade de Medicina	13	7
Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuarias de Natal.	26	Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuarias de Natal.	9	31
		Faculdade de Odontologia	5	7

Fonte: SILVA, Onofre Lopes da. Resumo Histórico do Primeiro decênio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Imprensa Universitária.

A Tabela revela as mudanças na composição do quadro docente, contrapondo-se os das Faculdades antes e depois da federalização. A partir da Federalização, as contratações do professorado foram feitas através do reaproveitamento do quadro docente das antigas Faculdades, mediante ao regime estatutário, com o seu professorado devidamente nomeado.

Com a Federalização, o quadro docente foi ampliado, sendo os professores das diversas unidades Universitárias os mesmos que vinham em exercício como fundadores.

O remanejamento dos professores foi de acordo com as necessidades criadas com a nova organização. Alguns professores passaram a lecionar em mais de um curso, sendo transferidos de acordo com as necessidades da universidade. Assim, de acordo com a tabela, o quadro docente da Universidade do Rio Grande do Norte, em 1959, tinha o total de 130 profissionais e, com a federalização, passou para 165, continuando 55 professores do período antes da federalização, dando um total de 33 % de professores reaproveitados, e os 77% restantes fizeram um trabalho relacionado com a disciplina de maior preferência.



Iconografia



A foto fixa o momento da assinatura da lei que criou a Universidade do Rio do Norte. Presentes o então governador do estado, Sr. Dinarte de Medeiros Mariz, o magnífico reitor prof. Onofre Lopes da Silva, autoridades e professores.



Outro flagrante da solenidade de assinatura da lei que criou a Universidade no Rio Grande do Norte, vendo-se o vice-reitor Otto Guerra quando discursava.